



À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2025

RECORRENTE: LINK MÓVEIS LTDA

RECORRIDA: GERMANO INACIO NETTO LTDA

A empresa LINK MÓVEIS LTDA, estabelecida na Rua DO Pinhal n° 421, Pioneira, na cidade de Toledo/PR, inscrita no CNPJ sob o n° 50.814.092/0001-11, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem à presença de Vossa Senhoria apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, nos termos do art. 165 da Lei n° 14.133/2021, contra a **CLASSIFICAÇÃO** da empresa **GERMANO INACIO NETTO LTDA**, por ter apresentado o certificado do produto em desacordo com o termo de referência do edital, **verificou-se que a Recorrida NÃO POSSUI CERTIFICADO DO INMETRO DE CONFORMIDADE PARA O MODELO EXIGIDO NO EDITAL** sendo assim, diverge do descritivo do item 01,02 por este motivo expomos e requeremos o quanto segue:

DOS FATOS

Participante do certame epigrafado, a Recorrente não pode concordar com a classificação da empresa **GERMANO INACIO NETTO LTDA**, para o item 01, 02 (CARTEIRA ESCOLAR 08 LUGARES E 06 LUGARES) do certame em apreço.

O edital é claro em sua solicitação, vejamos o que diz a especificação extraído DO TERMO DE REFERÊNCIA Item 01, 02 do próprio edital 01/2025:

ITEM 01

Carteira escolar 08 lugares: Estrutura metálica das mesas confeccionadas em tubo 7/8 espessura mínima da chapa 16 (1.5 mm) com reforço nos pés das mesas unindo os quatro pés, acabamento com ponteiros plásticos. Gradil porta-livros com ferro maciço de 7 mm sob o tampo das carteiras todo o metal com tratamento contra ferrugem pelo processo de fosfatização, pintura epóxi prata (a pó) todas as partes metálicas unidas através de solda mig. Tampo das carteiras em MDF 15 mm formato trapezoidal nas seguintes medidas mínimas: 58 cm largura maior, 30 cm largura menor, 39 cm profundidade, 53 cm altura, diâmetro total da mesa 1.56 metros. Parte inferior do tampo

revestido em laminado melamínico de baixa pressão cor cinza texturizado, parte superior do tampo de contato com o usuário revestido e laminado colorido texturizado decorativo de alta pressão (fórmica) com espessura mínima 0.8 mm, acabamento das bordas com perfil PVC cor prata.

Cadeira: Cadeira tamanho ABNT 02: Estrutura metálica confeccionada em tubo 7/8 chapa 16 (1.5 mm) pintura epóxi (a pó) de cor prata, acabamento nos pés com ponteiros tipo espiga e duas ponteiros de acabamento tipo espiga na parte superior da cadeira, todas na cor nas mesmas cores do assento e encosto. Assento e encosto totalmente isento de furos, em resina termoplástica copolímero virgem injetada sob pressão. Assento com três nervuras de reforço e ranhuras anti-deslizantes com dupla anatomia com encaixe para as nádegas e coxas a fim de proporcionar conforto ao usuário, fixado à estrutura metálica através de quatro parafusos do tipo Phillips. Encosto com dupla anatomia com três nervuras de reforço, fixação do encosto à estrutura metálica através de encaixe em canaleta redonda 7/8" e quatro rebites de alumínio do tipo POP na parte traseira. Apresentar na proposta obrigatoriamente o **certificado de conformidade do INMETRO para o modelo da cadeira especificada no edital**, de acordo com a Norma NBR 14006/2008 (item cadeira) acompanhado obrigatoriamente do relatório de ensaio/laudo de conformidade com imagem da cadeira especificada no edital, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO ou OCP acreditada, **neste laudo/relatório de conformidade deve constar obrigatoriamente as especificações dos materiais analisados, tais como, dimensional do assento e encosto a ferido, cores das tintas e cores dos assentos e encostos que foram aferidos evidenciando a sua conformidade.**

Mesa central: Estrutura metálica das mesas confeccionadas em tubo 7/8 espessura mínima da chapa 16 (1.5 mm) com reforço nos pés das mesas unindo os quatro pés, acabamento com ponteiros plásticos. todo o metal com tratamento contra ferrugem pelo processo de fosfatização, pintura epóxi prata (a pó) todas as partes metálicas unidas através de solda mig. Tampo das carteiras em MDF 15 mm parte inferior do tampo revestido em laminado melamínico de baixa pressão cor cinza texturizado, parte superior do tampo e de contato com o usuário revestido e laminado colorido texturizado decorativo de alta pressão (fórmica) com espessura mínima 0.8 mm cor branca, formato redondo com diâmetro de 73 cm, altura 53 cm, acabamento das bordas em perfil de PVC prata. **As cores disponíveis para escolher deverão ser: Amarelo lima, kiwi, cerâmica, azul marinho, azul francês, rosa-choque, vermelho e uva.**

Medidas da cadeira: 31 cm (a partir do assento)

Altura da mesa: 53 cm

Medidas do encosto: 35 X 27 cm

Medidas do assento: 35 X 20 cm

Diâmetro total: 1.60 m 08 lugares

ITEM 02

Carteira escolar 06 lugares: Estrutura metálica das mesas confeccionadas em tubo 7/8 espessura mínima da chapa 16 (1.5 mm) com reforço nos pés das mesas unindo os quatro pés, acabamento com ponteiros plásticos. Gradil porta-livros com ferro maciço de 7 mm sob o tampo das carteiras todo o metal com tratamento contra ferrugem pelo processo de fosfatização, pintura epóxi prata (a pó) todas as partes metálicas unidas através de solda mig. Tampo das carteiras em MDF 15 mm formato trapezoidal nas seguintes medidas mínimas: 58 cm largura maior, 26 cm largura menor, 37cm profundidade, 53 cm altura, diâmetro total da mesa 1.56 metros. Parte inferior do tampo revestido em laminado melamínico de baixa pressão cor cinza texturizado, parte superior do tampo de contato com o usuário revestido e laminado colorido texturizado decorativo de alta

pressão (fórmica) com espessura mínima 0.8 mm, acabamento das bordas com perfil PVC cor prata.

Cadeira: Cadeira tamanho ABNT 02: Estrutura metálica confeccionada em tubo 7/8 chapa 16 (1.5 mm) pintura epóxi (a pó) de cor prata, acabamento nos pés com ponteiros tipo espiga e duas ponteiros de acabamento tipo espiga na parte superior da cadeira, todas na cor nas mesmas cores do assento e encosto. Assento e encosto totalmente isento de furos, em resina termoplástica copolímero virgem injetada sob pressão. Assento com três nervuras de reforço e ranhuras anti-deslizantes com dupla anatomia com encaixe para as nádegas e coxas a fim de proporcionar conforto ao usuário, fixado à estrutura metálica através de quatro parafusos do tipo Phillips. Encosto com dupla anatomia com três nervuras de reforço, fixação do encosto à estrutura metálica através de encaixe em canaleta redonda 7/8" e quatro rebites de alumínio do tipo POP na parte traseira. Apresentar na proposta obrigatoriamente o certificado de conformidade do INMETRO para o modelo da cadeira especificada no edital, de acordo com a Norma NBR 14006/2008 (item cadeira) acompanhado obrigatoriamente do relatório de ensaio/laudo de conformidade com imagem da cadeira especificada no edital, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO ou OCP acreditada, neste laudo/relatório de conformidade deve constar obrigatoriamente as especificações dos materiais analisados, tais como, dimensional do assento e encosto a ferido, cores das tintas e cores dos assentos e encostos que foram aferidos evidenciando a sua conformidade.

Mesa central: Estrutura metálica das mesas confeccionadas em tubo 7/8 espessura mínima da chapa 16 (1.5 mm) com reforço nos pés das mesas unindo os quatro pés, acabamento com ponteiros plásticos. todo o metal com tratamento contra ferrugem pelo processo de fosfatização, pintura epóxi prata (a pó) todas as partes metálicas unidas através de solda mig. Tampo das carteiras em MDF 15 mm parte inferior do tampo revestido em laminado melamínico de baixa pressão cor cinza texturizado, parte superior do tampo e de contato com o usuário revestido e laminado colorido texturizado decorativo de alta pressão (fórmica) com espessura mínima 0.8 mm cor branca, formato redondo com diâmetro de 49 cm, altura 53 cm, acabamento das bordas em perfil de PVC prata. As cores disponíveis para escolher deverão ser: Amarelo lima, kiwi, cerâmica, azul marinho, azul francês, rosa-choque, vermelho e uva.

Medidas da cadeira: 31 cm (a partir do assento)

Altura da mesa: 53 cm

Medidas do encosto: 35 X 27 cm

Medidas do assento: 35 X 20 cm

Diâmetro total: 1.20 m 06 lugares

Declarada vencedora a empresa **GERMANO INACIO NETTO LTDA** cuja a marca e modelo cotada e que consta no certificado, no caso a marca **M2V Indústria de Móveis Eireli** verificamos claramente que esta marca que NÃO ATENDE a especificação técnica exigida no termo de referência do edital.



O edital é claro no termo do item 01, 02 e o mesmo solicita que o tamanho da cadeira seja **tamanho ABNT 02**. A empresa **sequer certificou** sua mobília para este tamanho e modelo. Não sendo assim possível nem encontrar o produto em seu certificado.

Ocorre que a **marca M2V Industria de Móveis Eireli NÃO POSSUI O CERTIFICADO DO INMETRO** para o modelo da cadeira solicitado e exigido no termo de referência do edital 01/2025 seu certificado é para um outro modelo **TOTALMENTE** diferente e bem aquém do solicitado.

Vejamos abaixo o certificado apresentado:

M2V MÓVEIS

Endereço do Solicitante / Fabricante
Rua Valentin Perozin, 78 – Distrito Industrial
15.110-000 – Guapiaçu/SP

CNPJ do Solicitante / Fabricante
06.163.799/0001-13

FAMÍLIA	MODELOS	MARCA	DESCRIÇÃO	RELATÓRIOS DE ENSAIOS
FDE-FNDE	FDE-FNDE CIA 06	M2V MÓVEIS	Estrutura em tubo de aço com pintura epóxi pó. Tampo em MDP revestido com LADP, assento e encosto em PP. Componentes na cor azul e estrutura na cor cinza Faixa de estatura: 1.590 a 1.880 mm	Lab. Falcão Bauer (CRL1307): MOV/L-423311/1/22 de 29/07/22 MOV/L-423311/2/22 de 29/07/22 MOV/L-423311/3/22 de 29/07/22 MOV/L-423311/4/22 de 29/07/22 Lab. Falcão Bauer (CRL0003): QUI/ID-356.463/1/22 de 26/07/22 QUI/R-353.463/1/22 de 25/07/22 QUI/R-353.463/2/22 de 25/07/22
	FDE-FNDE CIA 05		Estrutura em tubo de aço com pintura epóxi pó. Tampo em MDP revestido com LADP, assento e encosto em PP. Componentes na cor verde e estrutura na cor cinza Faixa de estatura: 1.460 a 1.765 mm	

Emissão: 30/07/2022

Validade: 30/07/2025

FAMÍLIA	MODELOS	MARCA	DESCRIÇÃO	RELATÓRIOS DE ENSAIOS
FDE-FNDE	FDE-FNDE CJA 04	M2V MÓVEIS	Estrutura em tubo de aço com pintura epóxi pó. Tampo em MDP revestido com LADP, assento e encosto em PP. Componentes na cor vermelha e estrutura na cor cinza. Faixa de estatura: 1.330 a 1.590 mm	Lab. Falcão Bauer (CRL1307): MOV/L-423311/1/22 de 29/07/22 MOV/L-423311/2/22 de 29/07/22 MOV/L-423311/3/22 de 29/07/22 MOV/L-423311/4/22 de 29/07/22 Lab. Falcão Bauer (CRL0003): QUI/D-356.463/1/22 de 26/07/22 QUI/R-353.463/1/22 de 25/07/22 QUI/R-353.463/2/22 de 25/07/22
	FDE-FNDE CJA 03		Estrutura em tubo de aço com pintura epóxi pó. Tampo em MDP revestido com LADP, assento e encosto em PP. Componentes na cor amarela e estrutura na cor cinza. Faixa de estatura: 1.190 a 1.420 mm	

Auditoria Realizada em 06/06/2022

Emissão: 30/07/2022

Validade: 30/07/2025

Anna Maria Gonçalves
Anna Maria Gonçalves
Gerente Operacional

Este documento é uma representação de conformidade emitida pela empresa para a realização das avaliações de manutenção e tratamento de resíduos não conformidades de

Vejamos abaixo a tabela de altura da ABNT:

Tabela dimensional da ABNT para moveis escolares, o que o termo pede é o **tamanho 02**:

Dimensões da cadeira

Dimensões em milímetros

Identificação do tamanho		0	1	2	3	4	5	6	7
Identificação da cor		Branco	Laranja	Lilás	Amarela	Vermelha	Verde	Azul	Marrom
Faixas de estatura		800 a 950	930 a 1 160	1 080 a 1 210	1 190 a 1 420	1 330 a 1 590	1 460 a 1 765	1 590 a 1 880	1 740 a 2 070
b ₃	Largura mínima do assento	210	240	280	320	340	360	380	400
b ₄	Largura mínima do encosto	-	210	250	270	270	300	330	360
h ₈	Altura do assento (tolerância ± 10 mm)	210	260	310	350	380	430	460	510
h ₇	Extensão vertical mínima do encosto	100	100	100	100	100	100	100	100
r ₁	Raio da aba frontal do assento	30 a 90	30 a 90	30 a 90	30 a 90	30 a 90	30 a 90	30 a 90	30 a 90
r ₂	Raio da curvatura da parte interna do encosto	400 a 900	400 a 900	400 a 900	400 a 900	400 a 900	400 a 900	400 a 900	400 a 900
t ₄	Profundidade útil do assento-tolerância ± 15 mm (tamanhos 0 a 2) e tolerância ± 25 mm (tamanhos 3 a 7)	225	250	270	300	340	380	420	460
t ₇	Profundidade mínima da superfície do assento	Até 20 < t ₄ real	Até 20 < t ₄ real	Até 20 < t ₄ real	Até 20 < t ₄ real	Até 20 < t ₄ real	Até 20 < t ₄ real	Até 20 < t ₄ real	Até 20 < t ₄ real
h ₆	Altura do ponto S (tolerância - 10 mm a + 20mm)	140	150	160	180	190	200	210	220
r ₅	Raio mínimo de curvatura dos cantos	20	20	20	20	20	20	20	20
β	Ângulo de inclinação do encosto (em graus)	-	95° a 110°	95° a 110°	95° a 110°	95° a 110°	95° a 110°	95° a 110°	95° a 110°
α	Inclinação do assento (em graus)	- 2° a - 7°	- 2° a - 7°	- 2° a - 7°	- 2° a - 7°	- 2° a - 7°	- 2° a - 7°	- 2° a - 7°	- 2° a - 7°

Vejamos ainda o que diz o código do consumidor:

Nesse sentido, o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), também aplicável nas relações administrativas, como uma Lei Especial de Ordem Pública, determina que todo produto disponibilizado no Mercado Consumidor, deve respeitar as Normas Técnicas da ABNT:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: [...] VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos Órgãos Oficiais competentes, ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Conmetro.

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/consumidor/Anexos/cdc-portugues-2013.pdf>

Fica claro com a informação acima que tal solicitação **CADEIRA TAMANHO ABNT 02** tem um propósito ergonômico e funcional e que ele atendera a necessidade específica da faixa etária que a mobília se destina com a devida proporção ergonômica para a estatura do usuário.

Desta forma:

- Modelo FNDE 06,05, 04, 03 aferido é o modelo e tamanho **FNDE** frisamos novamente, **NÃO ATENDE O TERMO DE REFERÊNCIA.**
- O modelo **CJA 02 NEM CERTIFICADO FOI** pela empresa, conforme pode ser verificado em seu certificado e laudo apresentado, no edital pede modelo ABNT 02 para item 01,e 02 está bem claro no termo de referência.



- Em nenhum local do certifica e relatório consta também as cores solicitas e as mesmas devem estar AFERIDAS CONFORME SOLICITACAO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Alguns pontos de extrema relevância que a empresa não atende a especificação exigida no edital:

1. A empresa **NÃO** possui certificado para o item 01 e 02, o edital exige **tamanho ABNT 02**, tamanho este compatível com a altura do usuário que será destinado a mobília.
2. O edital exige várias cores para o assento e encosto, o certificada da empresa não contempla.

Nossa empresa **LINK MÓVEIS LTDA** cumpriu todos os requisitos estabelecidos no edital, e os mesmos podem ser observados em nosso CERTIFICADO DO INMETRO e LAUDO DE CONFORMIDADE DO OBJETO SOLICITADO, os quais foram devidamente apresentados.

Manifestada a intenção de recurso pela Recorrente, apresentam-se as devidas razões, esperando-se que o equívoco seja reformado para fins de DESCLASSIFICAÇÃO da recorrida.

DO DIREITO

Manifestada a intenção de recurso pela Recorrente, apresentam-se as devidas razões, esperando-se que o equívoco seja reformado para fins de DESCLASSIFICAÇÃO da Recorrida para o item 01, 02 do edital 01/2025 por não atender os requisitos do edital.



Fica claro e comprova-se que a marca e modelo, **não atende na íntegra a especificação** exigida para o item 01, 02 do edital PE 01/2025, bem como ela **NÃO POSSUI** certificado do INMETRO para o **MODELO DA CADEIRA ABNT 02** solicitado para o item 01, 02, os quais são exigidos **OBRIGATORIAMENTE**.

Desse modo, imprescindível que a Administração proceda com sua **DECLASSIFICAÇÃO**.

Não solicitando referida comprovação, além de infringir normas legais, estará a Administração infringindo o princípio da ISONOMIA, afinal, adotará **tratamento diferenciado e PREJUDICIAL AO INTERESSE PÚBLICO**, a mercê de adquirir produtos divergente da especificação do edital.

Dito ato desrespeitaria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois a Comissão descumpriria a norma contida, conforme estabelecido no termo de referência do edital, pela qual a Administração Pública está estritamente vinculada.

Desta forma, visando o produto que melhor atenda às necessidades da Administração Pública, fica evidente que a mobília da empresa ora requerida não atende às especificações técnicas editalícias, razão pela qual eventual concordância à mobília ofertada pelo Impugnado resultaria em transgressão direta ao art. 5º da lei nº 14.133/2021, a qual prevê expressamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou vinculação ao edital:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

No mesmo sentido, a redação do art. 140, § 1º, Lei nº 14.133/2021, veda a entrega de produto diferente do que foi solicitado no edital de licitação, senão vejamos:



Art. 140. O objeto do contrato será recebido:

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Com isso, as regras previamente estabelecidas pelo edital devem ser cumpridas por todos os participantes igualmente, assim, o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, que cuida especificamente dos conceitos administrativos, direitos e garantias individuais e coletivas nas licitações públicas, estabelece que:

art. 37 - **A administração pública** direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

(...)

XXI - ressalvado os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações **serão contratados mediante**

processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivadas na proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações. (grifou-se)

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório é claro, Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

Acerca do assunto, o mestre Hely Lopes Meirelles leciona que:

“7.2.2.5 Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação”. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei internada da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento. Se no decorrer da



licitação a Administração verificar sua inviabilidade, deverá invalidá-la e reabri-la em novos moldes, mas, enquanto vigente o edital ou convite, não poderá desviar-se de suas prescrições, quer quanto à tramitação, quer quanto ao julgamento.” (Direito Administrativo Brasileiro, 32ª ed., Malheiros, pág. 274) (Grifou-se).

Nas palavras do doutrinador Diógenes Gasparine:

“(…) estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis durante todo o seu procedimento. Nada justifica qualquer alteração de momento ou pontual para atender esta ou aquela situação.” (Direito Administrativo, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1995)

Desse modo, em respeito aos **PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**, e em atendimento as condições edilícias **NÃO** há condições de ser mantida CLASSIFICADA a empresa **GERMANO INACIO NETTO LTDA**, para o item 01, 02.

DO PEDIDO

Isso posto, requer seja dado provimento ao presente recurso para efeito de reformada decisão, mediante:

DECLASSIFICAÇÃO da empresa **GERMANO INACIO NETTO LTDA**, para o item 01, 02 por cotar uma marca e modelo que não atende as exigências do disposto do termo de referência dos objetos solicitados, bem como procedendo-se com o exame da oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda todas as exigências do Edital;

Nestes termos, pede deferimento.

Toledo/PR, 05 de fevereiro de 2025.

431.777.869-68
Jairo Borges

Assinado de forma digital por
431.777.869-68 Jairo Borges
Dados: 2025.02.05 14:11:07
-03'00'

LINK MÓVEIS LTDA





EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, PR.

Pregão Eletrônico n. 01/2025

GERMANO INÁCIO NETTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ, por seu representante legal, apresenta suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face do recurso interposto pela empresa LINK MÓVEIS LTDA, nos seguintes termos:

I. DO BREVE HISTÓRICO

A empresa recorrida foi declarada vencedora no Pregão Eletrônico nº 01/2025, após ter apresentado a proposta mais vantajosa e cumprido todas as exigências do edital, inclusive com a apresentação dos certificados de conformidade do INMETRO e demais documentos técnicos requeridos.

A recorrente, contudo, questiona a classificação sob o fundamento de que a empresa ora recorrida não teria apresentado certificação adequada para o modelo exigido no edital. Entretanto, conforme será demonstrado a seguir, o recurso interposto carece de fundamento fático e jurídico, devendo ser imediatamente rejeitado.

II. DA CONFORMIDADE COM O EDITAL

Certificação INMETRO Compatível e Válida

A empresa recorrida apresentou todos os certificados e laudos de conformidade exigidos pelo edital, referentes ao modelo solicitado para os itens 01 e 02.

O certificado emitido pelo laboratório acreditado pelo INMETRO atesta claramente a conformidade do produto às especificações constantes no termo de referência. Diferente do que afirma a recorrente, não há qualquer divergência entre o modelo certificado e o solicitado no edital.

Conformidade Dimensional (ABNT NBR 14006/2008)

O produto ofertado pela recorrida atende integralmente às especificações técnicas e dimensões exigidas no termo de referência, especialmente no que se refere ao tamanho ABNT 02.

A recorrente faz uma interpretação equivocada ao afirmar que o modelo não atende às normas de ergonomia. O produto certificado pela recorrida foi projetado e testado especificamente para as dimensões exigidas pela tabela dimensional da ABNT, garantindo a segurança e o conforto necessários para a faixa etária pretendida.

Cores Especificadas no Edital

Ao contrário do alegado, a recorrida apresentou a devida comprovação de que os produtos ofertados contemplam todas as opções de cores especificadas no termo de referência. A menção de ausência de cores no certificado é irrelevante, já que a certificação INMETRO avalia as questões estruturais e de segurança do produto, não sendo necessária a especificação das cores no laudo de conformidade.

III. DA FRAGILIDADE DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Inexistência de Prova Concreta

A recorrente não apresentou nenhuma prova efetiva que demonstre a suposta irregularidade no certificado da recorrida, limitando-se a fazer alegações genéricas e infundadas, sem anexar documentos que comprovem a divergência alegada.

Erro na Interpretação do Certificado

A recorrente confunde o modelo genérico certificado pela recorrida com outros modelos que não têm relação com o produto ofertado. A certificação apresentada está devidamente alinhada às exigências do edital e comprova a conformidade do produto para o uso pretendido.

Respeito ao Princípio da Vinculação ao Edital e da Legalidade

A empresa recorrida respeitou todos os requisitos previstos no edital, inclusive o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Não houve, em nenhum momento, desvio das regras estabelecidas ou favorecimento indevido.

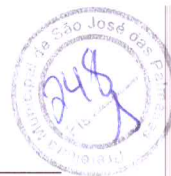
IV. DO DIREITO

O princípio da vinculação ao edital não foi violado. Pelo contrário, a empresa recorrida cumpriu rigorosamente todas as exigências previstas, especialmente a apresentação de certificados e laudos técnicos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, conforme requerido.

A eventual desclassificação da empresa recorrida, conforme pleiteado pela recorrente, configuraria violação ao princípio da competitividade, além de acarretar prejuízo ao interesse público, uma vez que a proposta da recorrida é a mais vantajosa para a Administração.

V. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a empresa GERMANO INÁCIO NETTO LTDA que o presente recurso administrativo seja indeferido, mantendo-se a decisão que a declarou vencedora no Pregão Eletrônico nº 01/2025, em respeito aos princípios da legalidade, vinculação ao edital e à ampla competitividade.



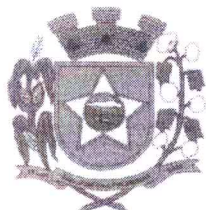
**Nestes termos,
Pede deferimento.**

Guapiaçu/SP, 10 de fevereiro de 2025.



Documento assinado digitalmente
GERMANO INACIO NETTO
Data: 11/02/2025 10:00:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GERMANO INÁCIO NETTO LTDA



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 14 de fevereiro de 2025.

Ao
Sr. Herbert Correia Barros
Advogado do Município

Ref. Pregão Eletrônico nº 01/2025

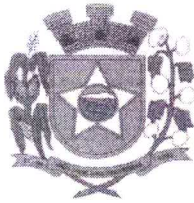
Venho através deste encaminhar os seguintes documentos:

- Recurso Administrativo interposto pela empresa LINK MOVEIS LTDA.
- Contrarrazão de Recurso apresentado pela empresa GERMANO INÁCIO NETTO LTDA.

Diante da necessidade em dar continuidade ao processo licitatório já citado, solicito ao procurador do município que faça manifestação, através da emissão de seu parecer jurídico.

Segue dos documentos acima citados.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



PARECER JURÍDICO

Assunto: Recurso Administrativo interposto pela empresa LINK Móveis Ltda.

Requerente: Pregoeiro

Data: 19 de fevereiro de 2024.

I – RELATÓRIO:

Trata-se de consulta jurídica realizada nos autos do Pregão Eletrônico n.º 001/2025, cujo objeto é a “Aquisição de conjunto de mesas e cadeiras escolares, para atender a demanda do Cmei - Centro Municipal de Educação Infantil Luciana Brum do Município de São José das Palmeiras – PR”.

O recurso administrativo interposto pela empresa Link Móveis Ltda. afirma, em síntese, que a empresa Germano Inácio Netto Ltda. não atendeu as exigências do edital e termo de referência, especificamente quanto aos itens 01 e 02, pois diz que esta “não certificou sua mobília para o tamanho e modelo ABNT 02, incluindo problemas com as cores”.

Em contrarrazões, a empresa Germano Inácio Netto Ltda. diz que “o produto ofertado atende as exigências do termo de referência, incluindo no que se refere o tamanho ABNT 02, e, que a questão das cores é irrelevante, pois a certificação do INMETRO avalia apenas questões estruturais e de segurança do produto”.

Em suma, estes são os fatos. Passa-se a analisar.

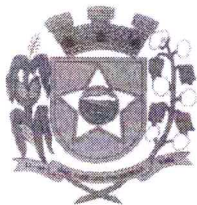
II – FUNDAMENTAÇÃO:

II.I. DA ABRANGÊNCIA DA ANÁLISE JURÍDICA

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Procuradoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

Neste sentido, replicando as palavras do Ministro Gilmar Mendes do STF, (HABEAS CORPUS 171.576 RIO GRANDE DO SUL, “in verbis”:

É que, no processo licitatório, não compete ao assessor jurídico averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há nos autos, decreto que a reconheça. Sua função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades. No processo licitatório, portanto, o assessor jurídico está restrito a atestar a presença, ou não, do decreto, quando o



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150- São José das Palmeiras-PR



Ministério Público exige que ele investigue a presença, ou não, da emergência. A assinatura do assessor na minuta do contrato, de igual modo, serve de atestado de cumprimento de requisitos formais e não materiais.

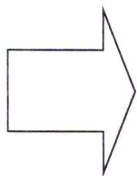
Desta feita, verifica-se que a atividade dos procuradores jurídicos atuantes, assim como ocorre com a atividade advocatícia de maneira geral, limita-se à análise da **compatibilidade jurídica** da matéria trazida a exame, sem prejuízo de, eventualmente, sugerir soluções vislumbradas por esta unidade de assessoramento jurídico, que devem ser objeto de consideração por parte do gestor, que detém, no entanto, a palavra final sobre a implementação de políticas públicas no âmbito municipal, nos limites do seu juízo de mérito.

II.II. DA SUPOSTA VIOLAÇÃO DOS TERMOS EDITALÍCIOS

Por óbvio, não é preciso dizer que a atuação jurídica das procuradorias não contempla o conhecimento técnico de marcenaria, engenharia ou qualquer área correlacionada a produção do produto objeto da presente licitação.

Por outro lado, é possível se aferir se a proposta trazida pela empresa encontra-se em sintonia com as características desejadas e previstas pela administração no termo de referência.

Pois bem. Ao analisar atentamente o item 4 do termo de referência, nota-se previsão expressa quanto às características do laudo a ser apresentado, qual seja:



14006/2008 (item cadeira) acompanhado obrigatoriamente do relatório de ensaio/laudo de conformidade com imagem da cadeira especificada no edital, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO ou OCP acreditada, neste laudo/relatório de conformidade deve constar obrigatoriamente as especificações dos materiais analisados, tais como, dimensional do assento e encosto, ferido, cores das tintas e cores dos assentos e encostos que foram aferidos evidenciando a sua conformidade.

Ainda, nota-se que tais condições são replicadas quanto ao item 2, vejamos:

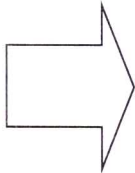


ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



14006/2008 (item cadeira) acompanhado obrigatoriamente do relatório de ensaio/laudo de conformidade com imagem da cadeira especificada no edital, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO ou OCP acreditada, neste laudo/relatório de conformidade deve constar obrigatoriamente as especificações dos materiais analisados, tais como, dimensional do assento e encosto a ferido, cores das tintas e cores dos assentos e encostos que foram aferidos evidenciando a sua conformidade.

Portanto, em homenagem ao princípio da legalidade e aos termos editalícios, observa-se que a empresa Germano Inácio Netto Ltda. não atendeu satisfatoriamente os requisitos previstos na licitação, especificamente quanto ao laudo a ser apresentado, razão pela qual sua desclassificação mostra-se adequada.

III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, por ora, meu parecer é no seguinte sentido:

Esta procuradoria compreende que a empresa Germano Inácio Netto Ltda. não atendeu satisfatoriamente os requisitos previstos na licitação/edital/termo de referência, razão pela qual sua desclassificação mostra-se adequada.

Assim, compreende-se que as razões do recurso administrativo devem ser acolhidas.

É o parecer.

**HERBERT CORREA
BARROS**

Assinado de forma digital por
HERBERT CORREA BARROS
Dados: 2025.02.19 15:20:34 -03'00'

**HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR n.º 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO**



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 02/2025

PREGÃO ELETRÔNICO: 01/2025

OBJETO: Aquisição de conjunto de mesas e cadeiras escolares, para atender a demanda do Cmei - Centro Municipal de Educação Infantil Luciana Brum do Município de São José das Palmeiras – PR

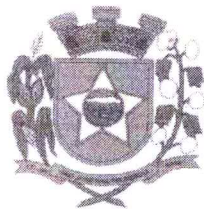
Diante do exposto no Processo Licitatório 02/2025 Pregão Eletrônico 01/2025, informo que acato o Parecer Jurídico, quanto ao Recurso Administrativo interposto pela empresa LINK MOVEIS LTDA e Contrarrazão de Recurso apresentado pela empresa GERMANO INÁCIO NETTO LTDA

Encaminho ao Prefeito Municipal para a decisão final.

São José das Palmeiras, 20 de fevereiro de 2025.


CLAUDINEI FERREIRA

Pregoeiro



PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Eletrônico nº: 01/2025

OBJETO: *Aquisição de conjunto de mesas e cadeiras escolares para atender a necessidade do Centro Municipal de Educação Infantil Luciana Brum Município de São José das Palmeiras – PR.*

DESPACHO

Trata-se de licitação para aquisição de conjunto de mesas e cadeiras escolares para atender a necessidade do Centro Municipal de Educação Infantil Luciana Brum – CMEI.

A empresa Link Móveis Ltda interpôs recurso administrativo afirmando que a empresa Germano Inácio Netto Ltda não atendeu as exigências do edital e termo de referência, especialmente quanto aos itens 01 e 02, afirmando que “não certificou sua mobília para o tamanho e modelo ABNT 02, incluindo problemas com as cores”.

Em contrarrazões a empresa Germano Inácio Netto Ltda., diz que “o produto ofertado atende as exigências do termo de referência, incluindo no que se refere o tamanho ABNT 02, e, que a questão das cores é irrelevante, pois a certificação do INMETRO avalia apenas questões estruturais e de segurança do produto”.

O Procurador Municipal ao analisar a questão, expressou que no termo de referência é claro quanto as características do laudo a ser apresentado e a empresa Germano Inácio Netto Ltda não atende satisfatoriamente os requisitos previsto.

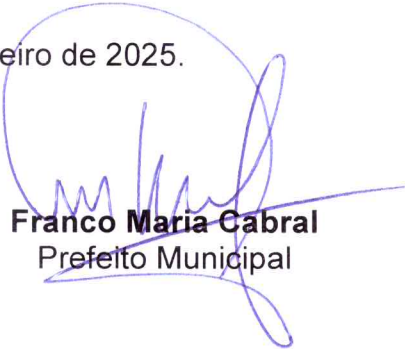


ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Por essa razão se torna conveniência acatar o recurso interposto pela empresa Link Móveis Ltda determino a desclassificação da empresa Germano Inácio Netto Ltda.

São José das Palmeiras- PR, 24 de fevereiro de 2025.


Franco Maria Cabral
Prefeito Municipal